

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO

À Unidade Gestora do Programa de Parcerias do Paraná - UGPARG,
Ref.: Edital de Chamamento Público nº 002/2025 – PMI/UGPAR

Curitiba, [●] de [●] de 2025

Prezados,

A [razão social da INTERESSADA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●], com sede à [●], por seu representante legal abaixo assinado, o(a) Sr.(a) [●], portador(a) da Carteira de Identidade nº [●] e do CPF nº [●], [endereço físico completo e eletrônico], [números de telefone com DDD], [no caso de associação de INTERESSADOS em consórcio, inserir o nome de todos os membros] vem por meio desta, conforme o credenciamento supracitado, solicitar a autorização para participação no Procedimento de Manifestação de Interesse, objeto do Chamamento Público em referência, que tem por objeto a elaboração de projetos, levantamentos e estudos de viabilidade técnica, operacional, econômico-financeira e jurídico-institucional, referentes à estruturação do Projeto “COMPLEXO NÁUTICO DE GUARATUBA”, compreendendo a instalação, operação e manutenção do mesmo, no âmbito do Estado do Paraná.

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
UNIDADE GESTORA DO PROGRAMA DE PARCERIAS DO PARANÁ**

**1. INDICAÇÃO DOS PRODUTOS, CRONOGRAMA E RESSARCIMENTO
DOS ESTUDOS**

PRODUTO	CRONOGRAMA DE ENTREGA DO PRODUTO [em nº de dias]	RESSARCIMENTO [R\$]
Produto 01 – Diagnóstico e estudo de demanda		-
Produto 02 – Modelagem técnico-operacional		
Produto 03 – Modelagem econômico-financeira		
Produto 04 – Modelagem jurídico-institucional		
TOTAL		

Todos os valores indicados acima são referenciais. O eventual valor devido a título de ressarcimento em caso de aproveitamento dos PRODUTOS será arbitrado pela COMISSÃO DE RECEBIMENTO, nos termos do EDITAL DE CHAMAMENTO.

O valor total proposto servirá de base para a composição da Nota Final para seleção do AUTORIZADO, nos termos dos itens 4.4.2. a 4.4.4. do Edital.

2. PONTO FOCAL

A INTERESSADA deve indicar um agente interlocutor que será ponto focal nas tratativas com a COMISSÃO DE RECEBIMENTO.

Nome completo	
Cargo/profissão	
CPF	
RG	
Endereço	
Telefone(s)	
E-mail	

3. DECLARAÇÕES

Por meio do presente formulário, a INTERESSADA declara:

- a) ter ciência das regras do Chamamento Público Nº 002/2025 – PMI/UGPAR, seu EDITAL e seus ANEXOS;
- b) ter ciência do disposto na Lei Estadual n.º 19.811/2019, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.953/2019;
- c) ter ciência de que a autorização para realização dos ESTUDOS:
 - i. não confere exclusividade no ato de autorização, em razão do disposto no Art. 1º da Resolução nº 37, de 03 de setembro de 2025 do CPAR, que retifica o Art. 2º da Resolução nº 36, de 29 de julho de 2025 do CPAR;
 - ii. não obriga o Poder Público a realizar a licitação;
 - iii. não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração;
 - iv. é pessoal e intransferível;
 - v. não implica, em nenhuma hipótese, responsabilidade da administração pública perante terceiros por atos praticados pela AUTORIZADA;
 - vi. poderá ser cassada, revogada, anulada ou tornada sem efeito nos casos explicitados no EDITAL DE CHAMAMENTO;
- d) cumprir eventuais solicitações feitas pela COMISSÃO DE RECEBIMENTO, que estejam dentro dos limites previstos no EDITAL e na legislação aplicável;

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
UNIDADE GESTORA DO PROGRAMA DE PARCERIAS DO PARANÁ**

- e) assumir integral responsabilidade pelo conteúdo dos ESTUDOS apresentados, quanto à veracidade das informações e declarações ali contidas;
- f) ser titular da propriedade dos direitos autorais dos ESTUDOS desenvolvidos, e que esses não infringem direitos autorais e/ou outros direitos de propriedade de terceiros;
- g) estar ciente de que a avaliação e a seleção dos ESTUDOS a serem utilizados, parcial ou integralmente, na eventual licitação, serão realizadas conforme critérios estabelecidos no EDITAL;
- h) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, estando em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Assinatura (s) do (s) representante (s) legal (is) da INTERESSADA ou consórcio de INTERESSADAS ou procurador com poderes específicos